

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Alex Manente)

DE 2023

Apresentação: 14/09/2023 15:50:41.910 - Mesa

RIC n.2349/2023

Requer ao Ministro da Educação informações acerca do baixo índice de alunos matriculados em cursos técnicos e profissionalizantes, bem como da necessidade de novos investimentos na educação básica, diante dos resultados de estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, informações acerca do baixo índice de alunos matriculados em cursos técnicos e profissionalizantes, bem como da necessidade de novos investimentos na educação básica, diante dos resultados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que foram analisadas 45 nações, nos seguintes termos:

1. Na avaliação do Ministério, a que se deve o resultado divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que foi constatado que no Brasil apenas 11% dos brasileiros estão matriculados na modalidade de ensino técnico ou profissionalizante, porcentagem bem abaixo da média dos países analisados, de 44%;
2. O que justifica o baixo índice de investimentos por aluno na educação básica pública desde o ano de 2010;



3. Diante dos resultados do Brasil em pesquisas relacionadas à educação, o que explica o corte de orçamento público em educação básica, superior, técnico e profissionalizante;
4. Existem, no âmbito do Ministério, programas de incentivo à realização de cursos técnicos e profissionalizantes? Se sim, quais são e a situação atual deles;
5. Quais estratégias estão sendo planejadas pela Pasta para serem implementadas, objetivando que o Brasil alcance melhores resultados em novas análises internacionais de educação básica, técnica e profissionalizante;
6. A implementação do novo ensino médio no Brasil poderá melhorar esses dados;
7. Qual foi o impacto da pandemia da Covid-19, na avaliação do Ministério, no resultado destas pesquisas nos últimos anos.

JUSTIFICATIVA

Conforme estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 11% dos brasileiros está matriculado na modalidade de ensino técnico ou profissionalizante no país, porcentagem bem abaixo da média dos países analisados, a qual corresponde a 44%.

Foram analisadas 45 nações, sendo o Brasil o quarto país com menor percentual de estudantes matriculados na educação profissional, ficando à frente apenas de três países: Índia (9%), Canadá (10%) e África do Sul (10%). As maiores taxas de matrículas na educação profissional estão na Eslovênia (70%) e na Croácia (70%).

É sabido que o ensino profissionalizante é apontado por especialistas como uma importante para a via de acesso a atividades bem remuneradas no mercado de trabalho. Ainda assim, segundo os números divulgados em 12 de setembro deste ano, no relatório "Education at a Glance 2023", a modalidade ainda é pouco representativa entre os jovens brasileiros.

Além disso, o estudo ainda destaca outros dados que colocam o Brasil ainda muito distante dos membros da OCDE: alta porcentagem de jovens 'nem-nem', que nem estudam nem trabalham, e baixos investimentos do governo por aluno.



Analisando os jovens de 18 a 24 anos, 24,4% dos brasileiros não trabalham nem estudam. Na cidade de São Paulo, a taxa de desemprego, que é de 8%, sobe para 11% na faixa de 18 a 24 anos, sendo que no município há 400 mil jovens que nem estudam nem trabalham.

Para Joana Costa, pesquisadora do Centro Brasileiro de Cursos (Cebrac), é fundamental que haja a compreensão de que a base do problema não está relacionada à falta de vontade e de esforço da população jovem, que muitas vezes é estigmatizada por não ser uma geração que mira 'criar raízes' dentro das organizações. "São jovens que têm acesso à educação de baixa qualidade e que, por isso, encontram dificuldade no mercado de trabalho", diz.

Ainda, segundo a presidente executiva da ONG Todos Pela Educação, Priscila Cruz, "esses jovens tornam-se invisíveis, porque estão fazendo atividades domésticas, cuidando dos irmãos para que a mãe possa trabalhar ou desempenhando funções sem registro na carteira de trabalho".

Por isso, é necessário que o país desenvolva mais políticas públicas voltadas para a juventude, como a ampliação de creches públicas, acesso à saúde, políticas de permanência estudantil e melhoria dos sistemas de qualificação e intermediação profissional.

O desengajamento dos jovens do mercado de trabalho é preocupante e requer a implementação de medidas para reintegrá-los à sociedade.

Como se não bastasse, o relatório da OCDE mostra, ainda, quanto cada país investe por aluno em educação básica. O Brasil, com 3.583 dólares anuais (cerca de R\$ 17,7 mil reais), é o terceiro pior do ranking entre membros da OCDE e parceiros: fica à frente apenas do México (2.702 dólares) e da África do Sul (3.085 dólares).

"Falta dinheiro e falta boa gestão. Precisamos investir na formação continuada de professores, na alimentação escolar que dê 'combustível' para o cérebro das crianças, na conectividade nas escolas, na compra de materiais e na educação integral", diz a presidente executiva da ONG Todos Pela Educação, Priscila Cruz.

Ou seja, esses dados apontam a imprescindibilidade de aprofundamento no sistema de ensino brasileiro para que novos métodos sejam implementados, visando evitar um colapso social sem precedentes.

Uma maior atenção à educação básica do Brasil, aliada à aplicação de programas nacionais de incentivo à educação profissional, poderá estimular o desenvolvimento dos alunos.



Ante o exposto é que solicitamos informações acerca do baixo índice de alunos matriculados em cursos técnicos e profissionalizantes, bem como da necessidade de novos investimentos na educação básica, diante dos resultados alarmantes apontados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Sala das Sessões, em de setembro de 2023.

Deputado Alex Manente
Cidadania/SP

